



PPC - Projeto Pedagógico de Curso

Gestão Financeira

1. Perfil do curso

O Estado da Bahia tem uma população de 15.276.566 habitantes e a Região Metropolitana de Salvador, composta por treze municípios, tem uma população estimada de 2.938.092, sendo a 4ª mais populosa do país, conforme dados demográficos do IBGE (2016).

Do ponto de vista educacional, a Síntese de Indicadores Sociais (2015), mostra melhoria na educação de adultos com idade entre 18 e 24 anos, no Brasil, na década 2010-2015, demonstrando crescimento na procura por cursos de nível superior. De acordo com o Fórum Nacional de Educação (2014), o principal desafio para o País é alcançar a meta de 30% dos jovens com idade entre 18 e 24 anos matriculados na Educação Superior, pois o percentual atual é de 14%.

Para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a evolução das matrículas no Ensino Médio em Salvador, acompanhou o ritmo nacional. Houve um período de crescimento até 2004, estabilizou até 2006. Após 2006 decresceu substancialmente. Em 2012, a tendência de queda continuou (107.050 matrículas), mesmo havendo um leve acréscimo em 2015 (95.269 matrículas), o que demanda um olhar mais acurado para esta etapa da Educação Básica. O Ensino Superior na Bahia obteve um expressivo crescimento no número de matrículas. Partindo de 67 mil em 2004 e chegando a 339,6 mil em 2011, o que representa mais de 500% de crescimento ao longo de sete anos, superior ao cenário nacional, que ficou em 418% no mesmo período.

A Bahia representa a sexta economia do Brasil e a primeira da região Nordeste (IBGE, 2010). O seu Produto Interno Bruto (PIB) foi o primeiro do Nordeste e o sexto do Brasil em 2010. Dando continuidade ao bom posicionamento da Bahia em relação ao Brasil, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (2017) prevê que a taxa de crescimento do PIB baiano para 2018 é estimada em 3,0%, superior à expectativa brasileira, que deve ficar em 2,3%. O PIB baiano é o 9º melhor do Brasil, e o 1º das regiões Norte e Nordeste do Brasil.

A Região Metropolitana de Salvador representa um dos seis mais importantes mercados regionais do Brasil, além de ser responsável por 48% do PIB Estadual (IPEA- SEDUR, 2013). Nos anos de 2015 e 2016 a RMS apresentou aumento do número de pessoas empregadas, tanto no setor público quanto no setor privado, apresentando indicativos de crescimento da demanda por profissionais no mercado de trabalho (IBGE, 2016).

Em relação ao fortalecimento do mercado de trabalho regional e a partir de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED (2017), a Bahia apresentou o sexto melhor desempenho na geração de empregos formais no mês de junho de 2017 em relação aos demais estados do Brasil. O IDH da Bahia melhorou 71% nos últimos 20 anos, superando a melhora observada no país, de 47,8%, a Bahia ocupa o terceiro lugar no número de estudantes que participam do ENEM, com cerca de 8% dos inscritos.

Considerando os dados do IBGE (2013) e analisando o setor que mais contribui para o PIB Baiano, com 54,49%, o setor de serviços tem como um dos elementos vitais para o seu crescimento a boa gestão dos recursos financeiros.

O comércio é outro setor importante para a economia baiana. Conforme dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE (2017) o comércio varejista cresceu 1,5% em junho.

Como já expresseo, a gestão dos recursos, com um planejamento financeiro detalhado, que propicie o estabelecimento de estratégias de investimento para identificar formas de captação e ampliação dos recursos, o acompanhamento dos fluxos de caixa, contribuem para o crescimento das organizações. Para tanto o profissional em Gestão Financeira colabora decisivamente com a realização destas atividades.

Este cenário demanda grande contingente de tecnólogos em Gestão Financeira para atuar no planejamento, controle, distribuição, alocação e avaliação dos recursos financeiros. Vale enfatizar que, por ter um campo abrangente, este profissional pode encontrar trabalho em empresas de várias áreas e portes.

Baseando-se nesta realidade, a Faculdade Ruy Barbosa oferece o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Financeira, com o objetivo de atender às demandas regionais.

2. Atividades do curso

Considerando que as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Superiores de Tecnologia não estabelecem como obrigatória a realização das Atividades Complementares, a Instituição optou por não inclui-las nos Projetos Pedagógicos dessa modalidade de curso.

3. Perfil do egresso

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Financeira da Centro Universitário Ruy Barbosa Wyden enquadra-se nas determinações do art. 2º da Resolução CNE/CP Nº 03/2002 e no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, atendendo, portanto aos pré-requisitos da legislação em vigor para o exercício da profissão.

Ao término do Curso, o aluno estará apto a:

I. elaborar relatórios financeiros que contribuam para a tomada de decisões nos diversos setores da organização, tais como: produção, pesquisa e desenvolvimento; marketing, serviços, inovação

científico-tecnológica e de investimentos;

II. gerir sistemas de análise e controle de investimentos em ativos e aplicações financeiras das organizações, utilizando modernas ferramentas e técnicas de Gestão Financeira;

III. avaliar os impactos financeiros resultantes das mudanças ou decisões nas áreas de produção, gestão e incorporação de novas tecnologias, visando a otimização de investimentos;

IV. assumir a postura de permanente busca de atualização e aprofundamento profissional, garantindo melhor qualidade de serviços e produtos;

V. aplicar sistematicamente as técnicas e ferramentas da Gestão Financeira para destaque e atualização de sua forma de gestão;

VI. agir como um multiplicador constante da inovação e dos modelos de gestão com base na ética, buscando a eficiência financeira das organizações;

VII. implementar estratégias financeiras adequadas para o perfil de cada empresa, atuando no plano estratégico e na tomada de decisões;

VIII. aplicar a legislação pertinente à sua área de atuação, bem como índices financeiros, objetivando a sustentabilidade do negócio e honrando os compromissos tributários;

IX. interpretar os conceitos econômicos e financeiros dos relatórios de demonstrações contábeis e balanços financeiros das organizações para melhor realizar a estrutura de capitais e a alavancagem para crescimento do negócio;

X. analisar os fatores econômicos, financeiros e sociais e suas interferências na conduta organizacional a fim de entender e participar nas tomadas de decisão;

XI. criar instrumentos de análise a fim de implantar e intervir, quando necessário, em políticas de desenvolvimento organizacional, com foco nos resultados;

XII. elaborar sistemas de informações contábeis e financeiras, visando subsidiar a tomada de decisões operacionais e de investimento das organizações;

XIII. elaborar estratégias de aplicação de recursos no contexto nacional e internacional, buscando melhor rentabilidade e gerenciamento dos riscos;

XIV. desenvolver pareceres e relatórios sobre a situação patrimonial e financeira da empresa e sobre a qualidade dos demonstrativos, objetivando transparência condizente às boas práticas de

governança corporativa para acionista e demais partes interessadas;

XV. implementar ações que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, respeitando as peculiaridades étnico-raciais e os direitos humanos;

XVI. desenvolver projetos que garantam a sustentabilidade do planeta, implementando políticas de preservação ambiental.

Conforme consta no PDI, a política de acompanhamento de egressos é implementada pelo setor denominado Carreiras. Este setor aplica pesquisas e implanta mecanismos para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, para saber o índice de ocupação entre eles e para procurar estabelecer a relação entre a ocupação e a formação profissional recebida.

4. Forma de acesso ao curso

O acesso dos alunos ao Curso é realizado através das seguintes modalidades.

Processo Seletivo

Aplica-se a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente. Neste caso, os candidatos submetem-se a um exame, contendo questões de diferentes áreas do saber, observando a complexidade do ensino médio, bem como temas da atualidade nacional e internacional. A partir das notas obtidas, os candidatos são classificados em ordem decrescente de desempenho e convocados para a efetivação da matrícula até o preenchimento das vagas. Havendo vagas ociosas, os candidatos habilitados serão, sequencialmente, convocados.

Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)

A Instituição reserva parte das vagas oferecidas para ingresso em seus cursos a candidatos que tenham participado do Enem e alcançado média igual ou superior a 50% do total de pontos.

Graduados

Aplica-se a candidatos portadores de diploma de curso de graduação, dispensando-o do processo seletivo. Neste caso, o candidato deve protocolar o pedido de matrícula e, havendo vagas disponíveis, é feita a análise curricular para eventual dispensa de disciplinas que possuem equivalências com as disciplinas a serem cursadas.

Transferências

Aplica-se a estudantes que já estejam matriculados em cursos de graduação de outra instituição. Neste caso, o estudante deve protocolar o pedido de transferência e, havendo vagas disponíveis, é procedido o processo seletivo e feita a análise curricular para eventual dispensa de disciplinas que possuam equivalências com as disciplinas a serem cursadas.

Programa Universidade para Todos (ProUni)

Aplica-se a egressos do ensino médio que tenham se inscrito no Programa. A seleção é feita pelo Governo Federal a partir da nota do Enem dentre aqueles que preenchem os requisitos sociais. Os candidatos pré-selecionados pelo Programa apresentam à Instituição os documentos comprobatórios, exigidos pelo Ministério da Educação.

Vagas remanescentes

Se ao final do processo seletivo não houver preenchimento de todas as vagas oferecidas, a Instituição poderá admitir candidatos que tenham participado do Enem e obtido desempenho maior ou igual a 50% do total de pontos.

5. Representação gráfica de um perfil de formação

A Matriz Curricular do Curso é concebida de forma flexível, estruturada em módulos semestrais, que têm um propósito em si mesmo (terminalidade), ou seja, existe um relacionamento entre as disciplinas do mesmo módulo de forma a desenvolver nos alunos um conjunto articulado de competências. As disciplinas deixam de ser componentes isolados e passam a constituir um bloco interdisciplinar. Essa lógica de terminalidade traz o benefício de flexibilizar os currículos.

A estruturação da Matriz Curricular do Curso foi baseada em alguns eixos fundamentais. Em primeiro lugar, entende a Instituição que o Projeto Pedagógico do Curso é fruto do trabalho coletivo de seus professores, que representam o cerne da sua estrutura. A partir dessa base docente, e visando atender aos dispositivos da resolução CNE/CP 3 de 18/12/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia, do parecer CNE/CES 277/2006 e do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, os conteúdos curriculares do Curso de Graduação Tecnológica em Gestão Financeira estão agrupados em dois níveis.

O primeiro nível, o Módulo 1 – Fundamentos de Gestão, corresponde ao primeiro semestre do curso e representa a base de conhecimentos necessários à gestão de empreendimentos além dos campos que formam o alicerce do conhecimento aplicado como estatística, português, cenário micro e macro

econômico, psicologia aplicada e gestão empresarial.

O segundo nível corresponde aos três semestres seguintes, que tratam de conhecimentos específicos da Gestão Financeira: Gestão de Fluxo de Caixa, Controladoria, Mercados e Planejamento Financeiro.

No módulo de Gestão de Fluxo de Caixa, são abordadas as questões relativas à Análise de Crédito e Cobrança, visando habilitar o aluno a avaliar as decisões de crédito, de forma articulada com a base matemática necessária para tal, que é dada nas disciplinas de Matemática Financeira e Estudos de Caso em Matemática Aplicada. Os alunos também são capacitados a gerenciar as situações de conflito entre indivíduos e grupos no ambiente de trabalho, na disciplina de Comportamento Organizacional, e a analisar as leis e sua aplicabilidade, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, na disciplina Direito do Trabalho e Tributário.

No módulo de Controladoria o aluno desenvolverá as competências necessárias para analisar sistemas e demonstrações contábeis, dentro do arcabouço teórico e prático da controladoria, nas disciplinas Análise das Demonstrações Contábeis, Análise de Sistemas Contábeis, Controladoria, e Contabilidade de Custos. Na disciplina Empreendedorismo, o aluno será capaz de identificar reais oportunidades de empreender seu próprio negócio, bem como desenvolver habilidades que vão favorecer sua proatividade no ambiente organizacional.

No módulo de Mercados e Planejamento Financeiro o aluno será capacitado a fazer auditoria e gestão financeira em organizações de diversos portes, bem como analisar os movimentos nos mercados de capitais, nacional e internacional.

Na disciplina de Estudos de Caso em Humanidades e Meio Ambiente são desenvolvidas as competências para: avaliar o impacto das atividades no contexto social e ambiental; contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, compreendendo e articulando as peculiaridades étnico-raciais de nossa sociedade, respeitando os direitos humanos; pautar-se na ética e na solidariedade enquanto ser humano, cidadão e profissional; atuar de forma consciente para a preservação do meio ambiente.

Os conteúdos programáticos e as bibliografias são atuais e estão plenamente adequados às disciplinas teórico/práticas, bem como dão suporte à pesquisa realizada por discentes e docentes, além de assegurar o desenvolvimento das competências previstas no Perfil do Egresso.

A flexibilização curricular e a interdisciplinaridade se dão fundamentalmente por meio das disciplinas de Estudos de Caso, Temas Tecnológicos e Libras (optativa para o aluno).

Na abordagem dos conteúdos curriculares os docentes são capacitados, através do Programa Mandacaru, acerca da educação inclusiva, com o objetivo de estarem preparados para adaptar suas

práticas pedagógicas para alunos portadores de necessidades especiais.

Os requisitos legais relativos às relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, políticas para educação ambiental e direitos humanos são abordados transversalmente ao longo de todo o percurso formativo do alunado, quer como conteúdo específico de algumas disciplinas, quer como atividades complementares.

6. Sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem

Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação, utilizados nos processos de ensino-aprendizagem, atendem à concepção do curso definida no PPC, e buscam o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva. Estão previstos mecanismos que garantam sua natureza formativa, sendo adotadas ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas.

O processo de avaliação da aprendizagem é parte integrante do processo de ensino e obedece às normas e procedimentos pedagógicos estabelecidos pelo Conselho Superior da UniRuy Wyden, tanto para os cursos presenciais quanto a distância.

As avaliações de aprendizagem têm por objetivo acompanhar o processo de construção do conhecimento, a compreensão e o desenvolvimento da capacidade do aluno para resolver problemas referentes às competências (conteúdos, habilidades e atitudes) gerais e específicas exigidas para o exercício profissional, desenvolvidas ao longo do percurso formativo.

A sistemática institucional para a avaliação da aprendizagem considera a participação do estudante na construção do próprio saber e nas atividades acadêmicas programadas para as disciplinas que compõem a Matriz Curricular, parte do Projeto Pedagógico do Curso e o domínio dos conteúdos de natureza técnico-científica e instrumental, bem como acompanhar e aferir o desenvolvimento das habilidades e atitudes demonstradas em cada componente curricular, principalmente, o desempenho nos trabalhos e atividades realizados individualmente ou em grupo, provas e testes (orais ou escritos), visitas técnicas, debates, dinâmicas de grupo, seminários, oficinas, preleções, pesquisas, resolução de exercícios, arguições, trabalhos práticos, excursões e estágios, inclusive os realizados fora da sala de aula e da sede da Instituição.

A depender das características da disciplina, os professores, ao elaborarem os cronogramas de atividades, parte integrante dos Planos de Ensino, definem as ferramentas e os critérios de avaliação da aprendizagem que serão adotados, com vistas a atender às diferenças individuais dos educandos, orientando-os ao aperfeiçoamento do processo da aprendizagem. O sistema de avaliação da aprendizagem está institucionalizado no Regimento Institucional e seu funcionamento

está normatizado na Norma 06.

Considerando o disposto no referido instrumento legal, a avaliação do desempenho acadêmico do estudante é realizada por disciplina, abrangendo os aspectos de aproveitamento e frequência. O aproveitamento é expresso por uma nota de eficiência que é a média ponderada das avaliações realizadas no período letivo. Respeitado o limite mínimo de frequência de 75% da carga horária do componente curricular, será considerado aprovado o aluno que obtiver média de eficiência igual ou superior a 5 (cinco), em uma escala que varia de 0 (zero) a 10 (dez).

A critério dos Dirigentes, por proposta do professor ou grupo de professores que ministram uma disciplina, ouvido o Coordenador do Curso, poderá ser adotado um regime especial de avaliação da aprendizagem considerado mais adequado.

Os critérios de verificação de desempenho no Trabalho de Conclusão do Curso e no Estágio Curricular Supervisionado, quando couber, constam de regulamentos próprios (normas 02 e 03, respectivamente), aprovados pelo Conselho Superior da Instituição.

Alunos com necessidades especiais, quando necessário, podem ser assistidos por equipes da CASA, para que realizem seus processos avaliativos em consonância com suas características e particularidades.

7. Sistema de avaliação do projeto do curso

A gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e a existência de um processo estruturado e institucionalizado de autoavaliação do curso.

O processo de avaliação do Curso de Gestão Financeira da Centro Universitário Ruy Barbosa Wyden é desenvolvido pela Coordenação Geral de Graduação e Coordenação de Curso, em colaboração com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), no que couber. Os procedimentos de avaliação têm por objetivos acompanhar continuamente o planejamento estratégico expresso no PDI e no PPC, com vistas à melhoria da qualidade, sob vários aspectos, tais como a execução do planejamento acadêmico, a gestão acadêmico-administrativa, as condições de infraestrutura oferecidas (laboratórios, salas de aula, biblioteca, áreas de conveniência, os serviços de atendimento ao aluno, etc.), corpos docente e técnico-administrativo.

Semestralmente, mediante questionários elaborados especialmente para este fim, o corpo social avalia como segue:

AVALIAÇÃO REALIZADA PELO CORPO DISCENTE

Os alunos, ao final do semestre, avaliam os principais processos desenvolvidos com relação ao desempenho dos professores, da Coordenação do Curso e da Direção da Instituição, disciplinas ofertadas, atividades acadêmicas realizadas pela Instituição, o processo de avaliação da aprendizagem, infraestrutura física, serviços de apoio, etc.. Busca-se aferir o nível de satisfação do aluno com o Curso e com a Instituição.

AVALIAÇÃO REALIZADA PELO CORPO DOCENTE

Os professores, ao final de cada semestre, avaliam em formulário próprio, o plano de ensino da disciplina sob sua responsabilidade, atingimento de seus objetivos, cumprimento do cronograma de atividades e dos conteúdos programáticos propostos, qualidade do material didático utilizado, bibliografia disponível na biblioteca (livros, periódicos, acervo em multimídia), infraestrutura física e equipamentos, apoio institucional para realização das atividades acadêmicas, desempenho da turma, etc.

AVALIAÇÃO REALIZADA PELO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Do mesmo modo que os professores, os técnicos envolvidos com os laboratórios de ensino avaliam as condições de oferta das aulas práticas quanto a equipamentos, material de consumo, dimensionamento de turmas, adequação dos experimentos, etc.

AVALIAÇÃO REALIZADA PELO COORDENADOR DO CURSO

Anualmente, a partir das avaliações semestrais acima previstas e das experiências vivenciadas, o Coordenador do Curso é responsável pela elaboração do Relatório de Autoavaliação do Curso, que será encaminhado aos Dirigentes, apontando as ações a serem desenvolvidas com vistas à melhoria da qualidade acadêmica do Curso e o aumento do grau de satisfação dos alunos, professores e colaboradores, com o Curso e com a Instituição.

Os resultados do processo de autoavaliação geram relatórios consubstanciados, apontando as potencialidades e fragilidades do Curso, bem como propondo implementação de ações para a melhoria das atividades acadêmicas, infraestrutura, etc., que serão encaminhadas aos dirigentes da Instituição para as devidas providências. Os resultados, no que diz respeito ao PPC, são encaminhados para o NDE, que como Comissão responsável pelo acompanhamento, gestão e atualização do PPC, os analisa encaminhando ao Colegiado do Curso propostas de ações com vistas à melhoria da qualidade acadêmica e da infraestrutura institucional.

Também, são divulgados e discutidos junto ao corpo social do Curso, alunos, professores e técnico-

administrativos, mediante a realização de seminários, via e-mail, reunião com grupos focais, etc., dando-se amplo conhecimento à comunidade.

AVALIAÇÕES EXTERNAS

Os relatórios obtidos a partir das visitas in loco dos atos regulatórios do Curso subsidiam importantes informações para reduzir fragilidades e otimizar as potencialidades. Adicionalmente, os relatórios relativos ao Curso, perante o exame nacional de desempenho dos estudantes – Enade, apontam relevantes informações da performance acadêmica. Estas informações são analisadas, cuidadosamente, pelo Núcleo Docente Estruturante, que delimita pontos de atenção ou reestruturações perante o Projeto Pedagógico do Curso, com exposição e aprovação pelo Colegiado do Curso e, subsequente, apresentação a Coordenação Geral de Graduação e Diretoria para providências.

8. Trabalho de conclusão de curso (TCC)

Considerando que as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos superiores de tecnologia não estabelecem como obrigatória a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, a Instituição optou por não incluí-lo nos Projetos Pedagógicos dessa modalidade de curso.

9. Estágio curricular

Considerando que as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos superiores de tecnologia não estabelecem como obrigatória a realização do Estágio Curricular, a Instituição optou por não incluí-lo nos Projetos Pedagógicos dessa modalidade de curso.

Documento de uso exclusivo da Centro Universitário Ruy Barbosa Wyden. Proibida sua reprodução em todo ou em partes.
Todos os direitos reservados.